

Rosa Cabecinhas

Investigar Representações Sociais: metodologias e níveis de análise

**Autor:**

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

**Título:**

Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise

**Referência completa:**

Cabecinhas, R. (2009) “Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise” (pp.51-66). In Baptista, M.M. (ed.) *Cultura: Metodologias e Investigação*. Lisboa: Ver o Verso Edições.

**Resumo:**

Este capítulo pretende apresentar resumidamente a teoria das representações sociais e examinar o conceito de ‘sociedade pensante’ introduzido por Serge Moscovici. Analisam-se os processos de formação das representações sociais e as suas funções. Discutem-se as potencialidades da articulação de níveis de análise e as vantagens da triangulação metodológica.

**Abstract:**

This paper aims to review the main aspects of the theory of social representations and to examine the concept of ‘thinking society’ introduced by Serge Moscovici. We analyze the process of construction of social representation and their functions. Then, we discuss the potential of the articulation of levels of analyze and we point out the advantages of methodological triangulation.

**Palavras-chave:**

Representações sociais, Comunicação, Métodos de investigação, Níveis de análise.

**Key-words:**

Social representations, Communication, Methods of research, Levels of analyze.

## 1. Representações sociais, comunicação e cultura

Em 1961 Serge Moscovici publicou a obra *La Psychanalyse, son Image et son Publique*, inaugurando um novo campo na psicologia social: o estudo das representações sociais. Esta obra lançou uma problemática específica – como é que o conhecimento científico é consumido, transformado e utilizado pelo “cidadão comum” – e uma problemática mais geral – como as pessoas constroem a realidade, através dos processos de comunicação interpessoal quotidiana. Estas problemáticas exigiram novas abordagens metodológicas no seio da disciplina e conduziram a uma articulação com outras ciências sociais e humanas.

No seio da Psicologia Social, a teoria das representações sociais contribuiu para o reconhecimento da importância dos processos comunicativos, mediáticos e informais, na forma como determinado grupo social constrói a realidade (Moscovici, 1984). Tal contributo conduziu a um novo olhar sobre a forma de conceber a relação entre o indivíduo e a sociedade.

As representações sociais são conceptualizadas como uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, contribuindo para a percepção de uma realidade comum a um determinado grupo. Segundo Denise Jodelet (1989), as representações sociais constituem a forma como os indivíduos apropriam o mundo que os rodeia, ajudando-os a compreender e a agir, isto é, são teorias sociais práticas.

Moscovici estabelece a distinção entre três tipos de representações sociais, em função do seu estágio de desenvolvimento e do seu modo de circulação na sociedade. As representações controversas ou *polémicas* são geradas no decurso de um conflito social ou luta entre grupos, não sendo partilhadas pela sociedade no conjunto. Por sua vez, as representações *emancipadas* são o produto da cooperação e da circulação de ideias entre sub-grupos que estão em contacto mais ou menos próximo, em que cada sub-grupo cria as suas próprias versões e partilha-as com os outros. Finalmente, as representações *hegemónicas* dizem respeito a significados largamente partilhados pelos membros de um grupo altamente estruturado (uma nação, um partido, etc.) e que prevalecem de forma implícita em todas as práticas simbólicas, parecendo ser uniformes e coercivas (1988: 221-222). Assim, as representações sociais hegemónicas seriam o equivalente ao conceito de representação colectiva proposto por Durkheim (1898). Segundo Moscovici (1989), as representações *colectivas* cedem o lugar às

representações *sociais* uma vez que as primeiras não têm em conta a sua diversidade de origem e a sua transformação. Isto é, na opinião do autor, a visão clássica das representações peca por as considerar como pré-estabelecidas e estáticas.

De acordo com Moscovici, existe uma ligação entre estes diferentes estádios de desenvolvimento das representações sociais e as modalidades comunicativas. Na *difusão* verifica-se distanciamento e diversidade no tratamento dos temas, com ênfase na informação, sem tomadas de posição explícitas da parte do emissor, mas também sem sistematização das diferentes opiniões face ao tema. A *propagação* visa produzir uma norma geral, englobante e conciliadora, procurando organizar elementos divergentes de forma a torná-los compatíveis com valores mais centrais para os vários grupos implicados. Em contrapartida, na *propaganda* verifica-se um recurso a dicotomias redutoras, não havendo espaço para nuances ou moderação. Esta modalidade de comunicação ocorre quando há um conflito que ameaça a identidade do grupo, separando “um *nós* que estamos certos, de um *eles* que estão errados” (Castro, 2004: 366).

Os meios de comunicação social contribuem para a consensualidade alargada de algumas representações sociais, isto é, para o seu carácter hegemónico. No entanto, os meios de comunicação social podem ser também excelentes instrumentos para a visibilidade das minorias activas, permitindo a difusão de representações polémicas e contribuindo assim para a mudança social (Cabecinhas e Évora, 2008).

A compreensão do conteúdo de uma representação exige a sua integração na estrutura social e esta remete para clivagens, diferenciações e relações de dominação (Bourdieu, 1979; Deschamps, 1982). Tais clivagens e diferenciações sociais reflectem-se na construção de diferentes representações sociais de um mesmo objecto.

A perspectiva das representações sociais enfatiza o papel activo dos actores sociais na sua produção e transformação. É necessário, contudo, ter em conta, por um lado, a relação entre as representações sociais e as configurações culturais dominantes, e por outro, a dinâmica social no seu conjunto. A conjugação destes factores ajuda a compreender as pressões para a hegemonia e a conseqüente reificação de certas representações sociais.

As relações entre as representações sociais e os processos intergrupais são bastante complexas (Doise, 1992). Alguns autores têm sublinhado a influência das

posições assimétricas dos grupos, tanto nos discursos como nas identidades sociais criadas por esses grupos (e.g., Cabecinhas, 2007; Ferin, 2006; Lorenzi-Cioldi, 2002; van Dijk, 1991). Embora todos os indivíduos sejam activos na construção das suas representações, a estrutura social determina que nem todos têm igual margem de liberdade no processo de negociação das representações (e.g., Amâncio, 1997; Cabecinhas e Cunha, 2008). Por outro lado, embora as representações estejam em permanente processo de mutação, a apropriação do “novo” segue uma lógica profundamente “sociocêntrica” (Moscovici, 1998: 242).

Enquanto sistemas de interpretação, as representações sociais regulam a nossa relação com os outros e orientam o nosso comportamento. As representações intervêm ainda em processos tão variados como a difusão e a assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupar, as acções de resistência e de mudança social. Enquanto fenómenos cognitivos, as representações sociais são consideradas como o produto duma actividade de apropriação da realidade exterior e, simultaneamente, como processo de elaboração psicológica e social da realidade.

As representações sociais estão ligadas a sistemas de pensamento mais largos, ideológicos ou culturais, e a um determinado estado de conhecimentos científicos. Os meios de comunicação social e as conversações interpessoais quotidianas intervêm na sua elaboração, por meio de processos de influência social. Segundo Jodelet as representações sociais formam sistemas e dão origem a “teorias implícitas”, versões da realidade que incarnam em imagens cheias de significação (1989: 35). Sintetizando, as representações sociais são conceptualizadas como saber funcional ou teorias sociais práticas. Estas permitem a organização significativa do real e desempenham um papel vital na comunicação: “todas as interacções humanas, quer ocorram entre dois indivíduos ou dois grupos, pressupõe tais representações” (Moscovici, 1984: 12).

Assim, as representações sociais servem como guias da acção, uma vez que modelam e constituem os elementos do contexto no qual esta ocorre (Moscovici, 1961) e desempenham, ainda, certas funções na manutenção da identidade social e do equilíbrio sociocognitivo (Jodelet, 1989).

Mas quais são as condições para que uma dada representação seja considerada uma “representação social”? Na acepção de Vala (2000), afirmar que uma representação

é *social* envolve a utilização de três critérios. O *critério quantitativo* – uma representação é social na medida em que é partilhada por um conjunto de indivíduos – no entanto, este critério por si só é “insuficiente para dar conta do conceito de representação social porque nada diz sobre o seu modo de construção” (2000: 461). O *critério genético* – uma representação é social na medida em que é colectivamente produzida, isto é, as representações sociais são o resultado da actividade cognitiva e simbólica de um grupo social. E, finalmente, o *critério funcional* – as representações sociais constituem guias para a comunicação e a acção, isto é, as representações sociais são organizadoras das relações simbólicas entre os diversos actores sociais.

## 2. A *societate pensante*

A expressão *societate pensante* foi proposta por Moscovici (1981: 182) para expressar a ideia de que o pensamento não pode ser considerado o produto de um “indivíduo só”, uma vez que o conteúdo desse pensamento está em constante reelaboração através da comunicação quotidiana. Todos os indivíduos são activos na sua construção social da realidade, mas esta construção é efectuada em rede, no seio dos grupos sociais. Ora, nas sociedades as contemporâneas cada indivíduo pertence simultaneamente a várias redes sociais e tem contacto com diversos ambientes culturais, o que torna o estudo das representações sociais extremamente complexo.

Na opinião de Moscovici, o paradigma da *societate pensante* questiona as teorias que consideram que os nossos cérebros são “caixas negras” que processam mecanicamente a informação em função dos condicionamentos exteriores e questiona igualmente as teorias para as quais os grupos e os indivíduos estão sempre sob o domínio das ideologias produzidas e impostas pela classe social, pelo Estado, pela Igreja ou pela Escola, e que os seus pensamentos e palavras são meros reflexos dessas ideologias. Em contrapartida, o paradigma da *societate pensante* assume que “os indivíduos pensam autonomamente, estando constantemente a produzir e a comunicar representações” (Moscovici, 1981: 183).

Como refere Vala, a ideia de que “os indivíduos e os grupos pensam, e de que as instituições e as sociedades são ambientes pensantes, representa uma forma nova de olhar para a constituição das instituições sociais e para os comportamentos individuais e

colectivos. Os indivíduos não se limitam a receber e processar informação, são também construtores de significados e teorizam a realidade social” (2000: 457).

O estudo das representações sociais caracteriza-se por uma grande pluralidade temática. Vala (2000) agrupou as principais questões analisadas pela literatura nesta área nas categorias seguintes: a inscrição social e a natureza social das representações sociais; os conteúdos e a organização interna das representações sociais; a função social e a eficácia social das representações sociais; e o estatuto epistemológico das representações sociais.

Na opinião de Jodelet, as representações sociais são fenómenos complexos, permanente activados na vida social, constituindo-se de elementos informativos, cognitivos, ideológicos e normativos (1989: 36). Na mesma linha de ideias, Vala refere que “o conceito de representação social remete para fenómenos psicossociais complexos. A riqueza destes fenómenos torna difícil a construção de um conceito que, simultaneamente, os delimites e não esbata a sua multidimensionalidade” (2000: 464).

Têm sido propostas inúmeras definições conceptuais das representações sociais, recortando-as em dimensões e aspectos específicos. Tais definições incluem na maioria dos casos conceitos de âmbito psicológico ou psicossociológico (por exemplo, atribuição, crença, atitude, esquema, opinião, etc.) e conceitos de âmbito sociológico ou antropológico tão ou mais vastos do que o próprio conceito de representação (por exemplo, ideologia, cultura, *habitus*, sistema de valores, etc.), relativamente aos quais o conceito de representação social “confere novas acuidades e suscita a procura de novas pontes articuladoras do velho binómio indivíduo-sociedade” (Vala, 2000: 465).

Segundo Moscovici (1961), na formação das representações sociais intervêm dois processos: a *objectivação* e a *ancoragem*. Estes processos estão intrinsecamente ligados um ao outro e são modelados por factores sociais.

A objectivação corresponde ao processo de organização dos elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade, isto é, são vistos como uma realidade natural. O processo de objectivação envolve três etapas: construção selectiva, esquematização estruturante e naturalização.

Na primeira etapa, as informações e as crenças acerca do objecto da representação sofrem um processo de selecção e descontextualização, permitindo a formação de um todo relativamente coerente, em que apenas uma parte da informação disponível é

retida. Este processo de selecção e reorganização dos elementos da representação não é neutro ou aleatório, dependendo das normas e dos valores grupais assim como do contexto cultural.

A segunda etapa da objectivação corresponde à organização dos elementos. Moscovici recorre aos conceitos de *esquema* e *nó figurativo* para evocar o facto dos elementos da representação estabelecerem entre si um padrão de relações estruturadas.

A última etapa da objectivação é a naturalização. Os conceitos retidos no nó figurativo e as respectivas relações constituem-se como categorias *naturais*, isto é, os conceitos tornam-se equivalentes à realidade e o abstracto torna-se concreto através da sua expressão em imagens e metáforas. O processo de *personificação* consiste em materializar num nome ou num rosto uma determinada ideia (por exemplo, Gandhi como símbolo de luta pacífica ou Einstein como símbolo de genialidade). A *figuração* diz respeito ao processo através do qual as imagens e metáforas substituem conceitos complexos. Na acepção de Wagner, Elejabarrieta e Lahnteiner (1995), a difusão de uma nova ideia num dado grupo depende da sua figuração em imagens e metáforas que transmitam o essencial do seu conteúdo de uma forma compatível com o quadro de valores desse grupo.

O processo de ancoragem, por um lado, precede a objectivação e, por outro, situa-se na sua sequência. Enquanto processo que precede a objectivação, a ancoragem refere-se ao facto de qualquer tratamento da informação exigir pontos de referência: é a partir das experiências e dos esquemas já estabelecidos que o objecto da representação é pensado. Neste contexto, a ancoragem refere-se aos processos pelos quais o não-familiar se torna familiar.

Enquanto processo que segue a objectivação, a ancoragem refere-se à função social das representações, ou seja, refere-se aos processos pelos quais uma representação, uma vez constituída, se torna um organizador das relações sociais. Isto é, a ancoragem permite compreender a forma como os elementos representados contribuem para exprimir e constituir as relações sociais (Moscovici, 1961). A ancoragem serve à instrumentalização do saber conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente (Jodelet, 1989).

Vala refere que o conceito de ancoragem tem algumas afinidades com o conceito de categorização: ambos funcionam como estabilizadores do meio e como redutores de

novas aprendizagens. No entanto, na opinião do autor, o processo de ancoragem é mais complexo visto que a ancoragem leva à produção de transformações nas representações já constituídas, isto é, “o processo de ancoragem é, a um tempo, um processo de redução do novo ao velho e reelaboração do velho tornando-o novo” (2000: 475).

Os processos de objectivação e ancoragem servem para nos familiarizar com o “novo”, primeiro colocando-o num quadro de referência, onde pode ser comparado e interpretado, e depois reproduzindo-o e colocando-o sob controlo (Moscovici, 1981: 192).

As dinâmicas de objectivação e de ancoragem são aparentemente opostas: “uma visa criar verdades evidentes para todos e independentes do determinismo social e psicológico enquanto a outra remete para a intervenção de tais determinismos na sua génese e transformação. Por esse motivo os estudos sobre representações sociais não devem apenas inventariar os ‘saberes comuns’, devem também estudar as modelações em função da sua imbricação específica num dado sistema de regulação simbólica” (Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi, 1992: 15).

Desde o início dos anos oitenta, numerosos estudos têm sido realizados sobre a estrutura das representações. Na opinião de Doise (1992), estes estudos permitem reduzir consideravelmente a incerteza relativa às fronteiras entre os elementos constituintes e não constituintes das representações sociais.

Flament (1989) considera que o núcleo central de uma representação corresponde a uma estrutura que dá coerência e sentido à representação. À volta do núcleo central, e organizados por este, encontram-se os elementos periféricos, que conferem flexibilidade a uma dada representação. Numerosos estudos têm demonstrado que um dado grupo social pode ter práticas em desacordo com as suas representações. Na opinião de Flament (1989), estes desacordos inscrevem-se nos esquemas periféricos que se modificam protegendo durante algum tempo o núcleo central. Com o tempo, as contradições entre a realidade e a representação podem vir a alterar o próprio núcleo duro da representação, o que corresponde a uma mudança estrutural que dá origem a uma nova representação.

Doise (1992) considera que a significação de uma representação está sempre ancorada nas significações mais gerais que intervêm nas relações simbólicas próprias de

um determinado campo social. Este autor colocou a análise das representações sociais no quadro das relações intergrupais, salientando a mútua determinação entre estes dois fenómenos.

Como Moscovici (1961) já tinha salientado, se a especificidade da situação de cada grupo social contribui para a especificidade das suas representações, a especificidade das representações contribui, por sua vez, para a diferenciação dos grupos sociais.

Nos seus trabalhos, Doise (1976, 1984) tem ilustrado de modo claro como a dinâmica das relações entre grupos conduz a modificações adaptativas nas representações e à atribuição ao outro grupo de características que permitem o desencadeamento de comportamentos discriminatórios e a sua justificação. Mas as representações também imprimem direcção às relações intergrupais: previamente à interacção, cada grupo dispõe já de um sistema de representações que lhe permite antecipar os comportamentos do outro e programar a sua própria estratégia de acção.

Na acepção de Doise, as representações assumem um lugar central nas relações intergrupais, desempenhando três tipos de funções: selecção, justificação e antecipação. A função *selectiva* traduz-se numa centralidade dos conteúdos relevantes para as relações intergrupais, relativamente aos conteúdos irrelevantes.

A função *justificativa* revela-se nos conteúdos das representações que veiculam uma imagem do outro grupo que justifica um comportamento hostil em relação a ele e/ou a sua posição desfavorável no contexto da interacção.

Por último, a função *antecipatória* manifesta-se na influência que as representações exercem no próprio desenvolvimento da relação entre os grupos: as representações não se limitam a seguir o desenvolvimento das relações intergrupais, adaptando-se a ele, mas também intervêm na determinação deste desenvolvimento, antecipando-o activamente (1976-84: 105).

Assim, por um lado, as representações estruturam-se de acordo com as estratégias grupais e, por outro, as representações servem e justificam os comportamentos grupais, isto é, as representações sociais têm uma função de justificação antecipada e/ou retrospectiva das interacções sociais.

### 3. Metodologias e níveis de análise

Actualmente o estudo das representações sociais constitui uma tradição de pesquisa diversificada e em plena evolução. A investigação em representações sociais está bem consolidada como tradição de pesquisa na Europa e na América Latina e recentemente estabeleceu-se como área de pesquisa na América do Norte, Ásia, Oceânia e África.

Na opinião de diversos autores, o conceito de representação social surge como reunificador das ciências sociais: situado na interface entre o psicológico e o social, o conceito oferece inúmeras possibilidades de articulação entre a psicologia, a sociologia e as ciências vizinhas. Como afirma Jodelet, “Esta multiplicidade de relações com as disciplinas vizinhas confere ao estudo psicossociológico da representação um estatuto transversal que interpela os vários campos de pesquisa, não uma simples justaposição, mas uma real articulação dos seus pontos de vista. É nessa transversalidade que reside uma das contribuições mais promissoras deste domínio” (1989: 40-41).

Hoje em dia, o conceito de representação social é utilizado em diversas ciências humanas e sociais (psicologia, sociologia, antropologia, história, linguística, geografia, ciências políticas, estudos literários, etc.), sendo aplicado no estudo de questões muito diversas (ambiente, justiça, saúde, discriminação social, relações internacionais, etc.), constituindo um campo de investigação vivo e dinâmico.

No que diz respeito às metodologias, Moscovici (1988: 238) salienta: “a nossa estratégia tem sido sempre combinar abordagens mais flexíveis com abordagens mais estruturadas, de modo que a preocupação com o rigor não submerja o interesse heurístico”. Moscovici refere que o objectivo desta área de estudos é compreender “o que as pessoas fazem na vida real e em situações significativas. Para alcançar este objectivo, devemos confiar mais na criatividade dos investigadores do que em procedimentos bem estabelecidos” (1988: 239). A sua reserva inicial face a métodos de pesquisa mais rígidos deveu-se ao facto de querer evitar “qualquer tipo de exactidão prematura” (1988: 239) que inibisse a criatividade dos investigadores. O autor pretendia um distanciamento face à Psicologia Social *mainstream* na época, que utilizava quase exclusivamente o método experimental.

Como refere Spink, “Já vivemos, na Psicologia Social, a ‘era do método único’. Aquilo que chamamos de ‘Psicologia Social Norte-Americana’ formatou-se a partir do

ideal do método experimental que definia, então, o grau de cientificismo da cada disciplina” (2003: 9).

Nas últimas décadas verificou-se um incremento considerável do número e diversidade de investigações sobre as representações sociais, tendo-se registado progressos notáveis ao nível metodológico. O rompimento com a Psicologia Social *normal* continua a constituir um desafio considerável e de elevado potencial. A Psicologia Social Crítica, por exemplo, conduziu a uma aproximação entre a Psicologia Social e os Estudos Culturais.

Hoje em dia, a Psicologia Social (especialmente a Psicologia Social Crítica) é uma das disciplinas científicas que se enquadra no seio dos Estudos Culturais, que constituem uma área interdisciplinar por excelência, ou como alguns referem, pós-disciplinar, uma vez que se tornou clara a necessidade de ter em conta não uma simples articulação de disciplinas, mas uma verdadeira “bricolage” na qual as diferentes disciplinas se mesclam (e.g., Guareschi e Bruschi, 2003). Na aceção de Guareschi, Medeiros e Bruschi (2003), o conceito de cultura é imprescindível para a Psicologia Social, já que esta estuda as intersecções entre os indivíduos, os grupos sociais, as estruturas sociais, a história e a cultura.

Doise (1982) distinguiu quatro níveis de análise no seio da Psicologia Social e sublinhou a necessidade da criação de modelos integrados do comportamento social, que abarcassem esses diversos níveis de análise.

No nível *intrapessoal* estão incluídos os modelos que descrevem o modo como os indivíduos organizam a sua percepção, avaliação e comportamento em relação ao meio social em que se inserem. Estes modelos focalizam-se nos mecanismos internos que permitem ao indivíduo organizar as suas experiências, descurando a interacção entre o indivíduo e ambiente social.

No nível *interpessoal* ou *situacional* encontram-se os modelos que descrevem o modo como os indivíduos interagem numa dada situação, não tomando em consideração as diferentes posições que estes ocupam fora dessa situação (os seus grupos de pertença e de referência), isto é, frequentemente as posições dos indivíduos são consideradas como intermutáveis e simétricas.

O nível *posicional* integra os modelos que recorrem explicitamente às diferentes posições ou estatutos sociais que os indivíduos ocupam previamente a qualquer interacção para explicar as diferentes modalidades de interacção.

Finalmente, o nível *ideológico* integra os modelos que descrevem o modo como as representações e os comportamentos dos indivíduos, numa dada situação, são modelados pelos sistemas de valores, crenças e ideologias dominantes num dado contexto cultural.

Na opinião de Doise (1984), o estudo das representações sociais abarca diferentes níveis de análise e beneficia da sua articulação. Ora, segundo o autor, é precisamente o trabalho de articulação de níveis de análise que constitui o objecto próprio da psicologia social. O conceito de representação social tem permitido fazer a ponte não só entre várias áreas dentro da psicologia social, mas também entre as diversas ciências sociais e humanas.

A pesquisa em representações sociais apresenta um carácter fundamental e aplicado e faz apelo a metodologias variadas: observação participante, estudos de campo, entrevistas, grupos focais, técnicas de associação livre de palavras, inquéritos por questionário, análise de documentos e de discursos; experimentação no laboratório e no terreno; etc. Nenhuma metodologia por si só é suficiente para investigar estes complexos fenómenos. Moscovici salientou a importância do “politeísmo metodológico” no estudo das representações sociais. Na mesma linha de ideias, diversos autores têm salientado a necessidade de triangulação de diferentes tipos de metodologias de recolha e de tratamento de dados (e.g. Cabecinhas, 2007; Oliveira, 2008), uma vez que cada uma apresenta potencialidades e limites específicos.

Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992), numa publicação sobre as metodologias de investigação, oferecem análises bastante detalhadas sobre os laços privilegiados que existem entre os métodos de análise dos dados e os objectos teóricos no estudo das representações sociais. Na aceção dos autores, um problema importante nos estudos sobre as representações sociais é que a sua matéria-prima é constituída por recolhas de opinião e de atitudes individuais, sendo necessário reconstituir os princípios organizadores comuns aos conjuntos de indivíduos. Esta tarefa exige o recurso a diferentes técnicas de análises de dados.

Um dos aspectos que caracteriza a pesquisa em representações sociais é o facto de não privilegiar nenhum método de pesquisa específico. Trata-se de uma tradição de pesquisa muito heterogénea e não prescritiva no que respeito à metodologia.

No entanto, alguns autores privilegiam os estudos de terreno em detrimento dos estudos de laboratório. Farr (1992 : 185) argumenta: “As representações sociais, pela sua natureza, devem estar situadas na cultura e na sociedade e não dentro do laboratório. Elas devem ser observadas ‘in situ’, isto é no terreno”. Na opinião do autor, as representações sociais não podem ser estudadas num “vazio” cultural e temporal.

Como já referimos, inicialmente os teóricos das representações sociais afastaram-se do laboratório como forma de demarcação face à pesquisa dominante em cognição social, que negligenciava completamente o contexto ideológico e cultural envolvente, isto é, considerava os processos cognitivos, despidos de emoção e num *vacuum* social (Tajfel, 1972), estudando os indivíduos “fechados” no laboratório. Actualmente, uma vez consolidada essa demarcação face à Psicologia Social tradicional, o método experimental, é considerado como um método de pesquisa pertinente no estudo das representações sociais, não como “método único e obrigatório”, mas como um dos métodos disponíveis para estudar fenómenos complexos, em conjugação com outros métodos.

Frequentemente, as pesquisas seguem um percurso cíclico: num primeiro momento são especialmente úteis metodologias mais abertas (observação, entrevistas, associação livre de palavras, etc.), seguidamente são usadas metodologias mais estruturadas que permitem aprofundar determinado aspecto da problemática em análise (inquérito por questionário, experimentação em laboratório), e, num último momento, os investigadores recorrem novamente a metodologias menos estruturadas no sentido de encontrar possíveis respostas para aspectos que ficaram por esclarecer com as metodologias anteriores ou novas questões entretanto levantadas (por exemplo, os grupos focais constituem uma metodologia muito útil, quer nas fases iniciais quer nas fases derradeiras de uma determinada investigação).

A comparação dos resultados convergentes e divergentes obtidos através de diversas metodologias permite averiguar as dimensões estruturantes de uma dada problemática e confere maior segurança ao trabalho interpretativo dos investigadores. No entanto, convém não esquecer que por mais completo e sofisticado que seja o

programa de pesquisa delineado, os resultados serão sempre contingentes a um determinado momento histórico e contexto cultural específico.

A pesquisa em representações sociais veio tornar clara a necessidade de se considerar o contexto histórico e social no qual a ciência é produzida. Como refere Sousa Santos (2001), toda a ciência é “datada e localizada”, e esse aspecto é de suma importância na interpretação dos dados recolhidos.

Nesse sentido, os estudos comparativos afiguram-se como particularmente relevantes, pois permitem a confronto dos dados obtidos “aqui e agora” com os obtidos em outros momentos históricos ou em contextos culturais distintos. No entanto, os estudos comparativos levantam questões delicadas de “tradução” cultural, já que a linguagem, os conceitos e as grelhas de análise dos investigadores não podem ser simplesmente extrapolados acriticamente de um contexto para outro. Esse é um dos grandes desafios com que se defrontam actualmente os investigadores na área dos estudos culturais.

#### 4. Referências bibliográficas

- Abrieu, J. C. (1984). ‘A theoretical and experimental approach to the study of social representations in a situation of interaction’ in Farr R. & Moscovici, S. (eds.) *Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Amâncio, L. (1997) ‘The Importance of Being Male: Ideology and Context in Gender Identities’. *International Review of Social Psychology*, 10(2): 79–94.
- Bourdieu: (1979). *La Distinction*. Paris: Minuit.
- Cabecinhas, R. (2007) *Preto e Branco. A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R. & Évora, S. L. (2008). ‘Visões do Mundo e da Nação: jovens cabo-verdianos face à história’ in Martins, M. & Pinto, M. (Org.) *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (pp.2685-2706). [<http://handle.net/1822/9222>].

- Cabecinhas, R. e Cunha, L. (Eds.) (2008) *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios*. Porto: Campo das Letras.
- Castro, P. (2004). 'O descobrimento do Brasil na imprensa portuguesa: uma vontade de futuro'. *Psicologia*, XVII (2): 363-380.
- Deschamps, J-C. (1982). 'Social identity and relations of power between groups' in Tajfel, H. (Ed.) *Social Identity and Intergroup Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Doise, W. (1976). *L'Articulation Psychosociologique et les Relations entre Groupes*. Bruxelles: Éditions A. de Boeck.
- Doise, W. (1982). *L'Explication en Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Doise, W. (1984). 'Social representations, intergroup experiments and levels of analysis' in Farr, R. & Moscovici, S. (eds.) *Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, XLV (405), 189-195.
- Doise, W., Clemence, A. e Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations Sociales es Analyses de Données*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Durkheim, E. (1898) 'Représentations individuelles et représentations collectives'. *Revue de Métaphysique et Morale*, 6: 273-302.
- Farr, R. (1992). 'La représentation sociale: la théorie et ses critiques'. *Bulletin de Psychologie*, 405: 183-188.
- Ferin, I. (eds.) (2006) *A Televisão das Mulheres: ensaios sobre a recepção*. Lisboa: Quimera/Bond.
- Flament, C. (1989). 'Structure et dynamique des représentations sociales' in Jodelet, D. (ed.) *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Guareschi, N., Medeiros, P. & Bruschi, M. (2003) 'Psicologia Social e Estudos Culturais: rompendo fronteiras na produção de conhecimento' in Guareschi, N. & Bruschi, M. (Eds.) *Psicologia social nos estudos culturais. Perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes (pp.23-49).
- Jahoda, G. (1988). 'Critical notes and reflections on 'social representations''. *European Journal of Social Psychology*, 18: 195-209.

- Jodelet, D. (1989). 'Les Représentations sociales: un domaine en expansion' in Jodelet, D. (ed.) *Les représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les Représentations des groupes dominants et dominés Collections et agrégats*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1981). 'On social representations' in Forgas, J. P. (ed.) *Social Cognition - Perspectives on Everyday understanding*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1984). 'The Phenomenon of Social Representations' in Farr R. & Moscovici, S. (eds.) *Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1988). 'Notes towards a description of social representations'. *European Journal of Social Psychology*, 18: 211-250.
- Moscovici, S. (1989). 'Des représentations collectives aux Représentations Sociales' in Jodelet, D. (ed.) *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Oliveira, A. (2008). *Ilusões na Idade das Emoções. Representações sociais da morte, do suicídio e da música na adolescência*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, B. S. (2001). *Um discurso sobre as ciências* (12.<sup>a</sup> edição), Porto: Afrontamento.
- Spink, M. (2003) 'Prefácio' in Guareschi, N. & Bruschi, M. (Eds.) *Psicologia social nos estudos culturais. Perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes, pp.9-19.
- Tajfel, H. (1972) 'Experiments in a vacuum' in Israel, J. & Tajfel, H. (Eds) *The context of social psychology: A critical assessment*. London: Academic Press, pp. 69-119.
- Vala, J. (2000). 'Representações sociais e psicologia social do pensamento quotidiano' in Vala, J. & Monteiro, M.B. (Orgs.) *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4<sup>a</sup> Edição, pp.475-502.
- van Dijk, T. (1991) *Racism and the Press*. London: Routledge.
- Wagner, W., Elejabarrieta, F., & Lahnsteiner, I. (1995). 'How the Sperm Dominates the Ovum – Objectification by Metaphor in the Social Representation of Conception'. *European Journal of Social Psychology*, 25, 671-688.